

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025

CONTRATANTE (UASG)

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (925401)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de estandes e balcões, de forma a atender às necessidades do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 152.700,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/02/2025 às 14h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025

Processo Administrativo n.º 00345/2025

Torna-se público que o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCMGO realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de estandes e balcões, de forma a atender às necessidades do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO), sob demanda do CONTRATANTE, de acordo com especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Tribunal de Contas ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. Agente público do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás;

2.6.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público deste Tribunal de Contas, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. A vedação de que trata o item 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe e apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os

documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais), no tempo mínimo de 2 (dois) minutos.

5.9. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término do prazo estabelecido no subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. Empresas brasileiras;

5.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

6.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste edital.

6.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1. Contiver vícios insanáveis;

6.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.5.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.5.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.5.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico e, excepcionalmente, por e-mail (comissão.contratacao@tcmgo.tc.br) quando não for possível fazê-lo via sistema eletrônico.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.5.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.6. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.6.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.8. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a

apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.5.1.

7.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.12. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5. Fraudar a licitação.

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. O prazo limite para recebimento dos pedidos de esclarecimentos e impugnação, devem respeitar o horário final do expediente do TCMGO (19h - horário de Brasília).

10.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: comissao.contratacao@tcmgo.tc.br

10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o

primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tcmgo.tc.br/site/transparencia/licitacoes/>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

11.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

11.12. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas por meio do endereço eletrônico:
comissão.contratacao@tcmgo.tc.br.

Goiânia, 28 de janeiro de 2025.

Vinícius Bernardes Carvalho
Pregoeiro (a)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 00345/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de estandes e balcões, por demanda, visando à organização do espaço físico e à recepção de autoridades e participantes, de forma a atender as necessidades do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO) durante a realização de eventos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSERV	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MODELO 1 – Serviço de fornecimento e instalação de estandes e balcões, incluso a montagem e desmontagem	13099	UN	2	R\$ 48.500,00	R\$ 97.000,00
2	MODELO 2 – Serviço de fornecimento e instalação de balcões, incluso a montagem e desmontagem			2	R\$ 27.850,00	R\$ 55.700,00
VALOR TOTAL						R\$ 152.700,00

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum na forma do Art. 6º, inciso XIII da Lei Federal de nº 14.133/21.

1.3. Em caso de conflito de descrição dos itens do catálogo do Governo Federal (CATMAT/CATSER), prevalece a descrição dos itens deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação visa atender a necessidade de organização do espaço físico, de maneira eficiente e funcional, para a realização do credenciamento, recepção e acomodação de autoridades e participantes durante eventos do TCMGO, de modo a proporcionar um atendimento de qualidade, facilitando a orientação dos participantes e criando um ambiente adequado para os eventos.

2.2. A utilização de estandes e balcões de forma conjunta visa proporcionar um ambiente funcional e organizado, atendendo às demandas logísticas do evento e assegurando o conforto e a fluidez das atividades.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme o Documento de Formalização de Demanda – DFD n.º 003/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Por se tratar da contratação de serviços não há o que se falar em ciclo de vida ou conservação do objeto.

3.2. Especificações dos serviços (conforme tabela do item 1 deste Termo):

3.2.1. MODELO 1 – ESTANDES E BALCÕES

3.2.1.1. Montagem de Balcão de Credenciamento Geral com Testeira:

- a)** Balcão com dimensão: 10 metros de comprimento por 0,50 metro de profundidade (largura) por 1,00 de altura.
- b)** Testeiras: 10 unidades com cada uma com dimensão de 1 metro largura por 0,50 metro de altura cada testeira, com 10 adesivos para identificação de 1 metro de largura por 0,50 metro de altura cada um, coloridos, a arte será fornecida pelo contratante.



- c) Lona Estruturada para cobertura da parte frontal do balcão (extensão total) em estrutura em metalon, de 10,05 metros de comprimento por 1,00 metro de altura, com impressão colorida, a arte será fornecida pelo contratante.
- d) Instalação elétrica: 10 unidades de tomadas distribuídas uniformemente ao longo do balcão.
- e) Mobiliário: 10 banquetas, posicionadas junto ao balcão.
- f) 10 iluminações arandela spot com lâmpadas.
- g) 20 separadores de fila tudo em calota em aço inox, fita retrátil 5cm de largura e 2,00m comprimento na cor preta.

3.2.1.2. Montagem de Balcão de Credenciamento para Novas Inscrições/sem testeira:

- a) Balcão com dimensão: 4 metros de comprimento, 1 metro de altura e 0,50 metro de profundidade (largura).
- b) Lona Estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, com arte fornecida pelo TCMGO.
- c) Instalação elétrica: 4 unidades de tomadas, distribuídas uniformemente ao longo do balcão.
- d) Mobiliário: 4 banquetas, posicionadas junto ao balcão.

3.2.1.3. Montagem de Balcão de Credenciamento Autoridades/sem Testeira:

- a) Balcão com Dimensões: 4 metros de comprimento por 1 metro de altura por 0,50 metro de profundidade (largura).
- b) Lona estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon com impressão colorida, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, arte fornecida pela contratante.

- c) Instalação Elétrica: 2 unidades de tomadas instaladas no balcão com fiação embutida, para garantir segurança e praticidade.
- d) Mobiliário: 4 banquetas.

3.2.1.4. Montagem de Balcão cerimonial /sem Testeira:

- a) Balcão com Dimensões: 4 metros de comprimento por 1 metro de altura por 0,50 metro de profundidade (largura).
- b) Lona estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon com impressão colorida, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, arte fornecida pela contratante.
- c) Instalação Elétrica: 2 unidades de tomadas instaladas no balcão com fiação embutida, para garantir segurança e praticidade.
- d) Mobiliário: 4 banquetas.

3.2.1.5. Montagem de Estande/Lounge para dois Ambientes /modelo 1:

- a) Parede divisória de fundo: Estrutura em octanorme, coberta com lona. Dimensões: 6 metros de largura (L) x 2,20 metros de altura (A).
- b) Mobiliário: 2 bistrôs acompanhados de 6 banquetas; 4 poltronas de apoio para conforto dos usuários; 2 balcões com as seguintes dimensões: 1 metro de comprimento (C) x 0,50 metro de profundidade (P) x 1 metro de altura (A).
- c) Instalação Elétrica: 02 tomadas instaladas para atender às necessidades de eletricidade do estande.
- d) Piso: Revestimento com carpete de alta qualidade. Área de cobertura: 24 metros quadrados de carpete na cor grafite.
- e) Lona com impressão personalizada: lona com arte fornecida pela contratante, impressa e instalada; estrutura de suporte em metalon. Dimensão total da lona: 13,20 metros quadrados.



- f) 8 iluminações arandelas spot com Lâmpada.

**3.2.1.6. Montagem de Estande/Lounge para Dois Ambientes
/modelo 2:**

- a) Parede divisória de fundo: Estrutura em octanorme, coberta com lona. Dimensões: 6 metros de largura (L) x 2,20 metros de altura (A).
- b) Mobiliário: 2 bistrôs acompanhados de 6 banquetas; 4 poltronas de apoio para conforto dos usuários; 2 balcões com as seguintes dimensões: 1 metro de comprimento (C) x 0,50 metro de profundidade (P) x 1 metro de altura (A).
- c) Instalação Elétrica: 02 tomadas instaladas para atender às necessidades de eletricidade do estande.
- d) Piso: Revestimento com carpete de alta qualidade. Área de cobertura: 24 metros quadrados de carpete na cor grafite.
- e) Lona com impressão personalizada: Lona com arte fornecida pela contratante, impressa e instalada; estrutura de suporte em metalon. Dimensão total da lona: 13,20 metros quadrados.
- f) 8 iluminações arandelas spot com Lâmpada.

**3.2.1.7. Montagem de Estande/Lounge para Dois Ambientes
/modelo 3:**

- a) Parede divisória de fundo: Estrutura em octanorme, coberta com lona. Dimensões: 6 metros de largura (L) x 2,20 metros de altura (A).
- b) Mobiliário: 2 mesas redondas com tampo de vidro e pés cromados, acompanhadas de 4 cadeiras; 4 poltronas para acomodação confortável dos usuários.
- c) 2 Balcão com Dimensões: 1,00 metro comprimento por 1,00 metro de altura por 0,50 metro de profundidade (largura).
- d) Instalação Elétrica: 2 tomadas instaladas para atender às necessidades de eletricidade no estande.



- e) Lona personalizada: lona com arte fornecida pela contratante impressa e instalada em estrutura de metalon. Área total da lona: 13,20 metros quadrados.
- f) Piso: Revestimento com carpete de alta qualidade na cor grafite. Área de cobertura do carpete: 24 metros quadrados.
- g) Iluminação: 8 iluminações arandelas spot com Lâmpada.

3.2.2. MODELO 2 – BALCÕES

3.2.2.1. Montagem de Balcão de Credenciamento Geral com

Testeira:

- a) Balcão com dimensão: 10 metros de comprimento por 0,50 metro de profundidade (largura) por 1 metro de altura.
- b) Testeiras: 10 unidades com cada uma, com dimensão de 1 metro largura por 0,50 metro de altura cada testeira, com 10 adesivos para identificação de 1 metro de largura por 0,50 metro de altura cada um, coloridos, a arte será fornecida pelo contratante.
- c) Lona Estruturada para cobertura da parte frontal do balcão (extensão total) em estrutura em metalon, de 10,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, com impressão colorida, a arte será fornecida pelo contratante.
- d) Instalação elétrica: 10 unidades de tomadas distribuídas uniformemente ao longo do balcão.
- e) Mobiliário: 10 banquetas, posicionadas junto ao balcão.
- f) 10 iluminações arandela spot com lâmpadas.
- g) 20 separadores de fila tudo em calota em aço inox, fita retrátil 5cm de largura e 2,00 m comprimento na cor preta.

3.2.2.2. Montagem de Balcão de Credenciamento para Novas Inscrições/sem testeira:



- a) Balcão com dimensão: 4 metros de comprimento, 1 metro de altura e 0,50 metro de profundidade (largura).
- b) Lona Estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, com arte fornecida pelo TCMGO.
- c) Instalação elétrica: 4 unidades de tomadas, distribuídas uniformemente ao longo do balcão.
- d) Mobiliário: 4 banquetas, posicionadas junto ao balcão

3.2.2.3. Montagem de Balcão de Credenciamento

Autoridades/sem Testeira:

- a) Balcão com Dimensões: 4 metros de comprimento por 1 metro de altura por 0,50 metro de profundidade (largura).
- b) Lona estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon com impressão colorida, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, arte fornecida pela contratante.
- c) Instalação Elétrica: 2 unidades de tomadas instaladas no balcão com fiação embutida, para garantir segurança e praticidade.
- d) Mobiliário: 4 banquetas.

3.2.2.4. Montagem de Balcão cerimonial /sem Testeira:

- a) Balcão com Dimensões: 4 metros de comprimento por 1 metro de altura por 0,50 metro de profundidade (largura).
- b) Lona estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon com impressão colorida, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, arte fornecida pela contratante.
- c) Instalação Elétrica: 2 unidades de tomadas instaladas no balcão com fiação embutida, para garantir segurança e praticidade.

d) Mobiliário: 4 banquetas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do serviço objeto deste Termo de Referência.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3. A licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o presente Termo de Referência, apresentando, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual tenha prestado, com êxito e qualidade técnica, serviço similar.

4.3.1. O Atestado apresentado deverá conter as informações de identificação do órgão ou empresa emissora (nome/razão social, endereço, telefones e CNPJ), bem como a identificação do signatário (nome, cargo e CPF).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A Contratada deverá fornecer os serviços necessários para a realização de eventos internos e externos do TCMGO, conforme demanda, nos dias e horários definidos para cada evento, seguindo as orientações do gestor. Os serviços serão prestados conforme as especificações de cada evento, incluindo local, data e horário a serem definidos.

5.2. Os serviços serão prestados em local, situado em Goiânia/GO, previamente informado pelo Tribunal de Contas dos Municípios, com o acompanhamento do gestor/fiscal do contrato ou um servidor designado por ele.

5.2.1. As datas dos eventos para montagem, que ocorrerá sempre 24 horas antes do início do evento, e desmontagem, que ocorrerá após o término do evento, serão agendadas previamente pelo TCMGO.

5.2.2. A solicitação do serviço ocorrerá até 15 (quinze) dias antes da data do evento, **com exceção do evento "Início de Gestão Municipal", que será**

solicitado de 3 (três) a 5 (cinco) dias antes do evento, tendo em vista o prazo para realização da licitação, o que impossibilitará a solicitação do serviço com a antecedência mencionada anteriormente.

- 5.3.** A cada solicitação de execução do serviço, o Gestor informará a data, horário, endereço, e marcará uma visita ao local antes da montagem. Tais informações serão encaminhadas pelo TCMGO para o endereço eletrônico (e-mail) ou WhatsApp indicado formalmente pela CONTRATADA no ato da assinatura do Contrato. A empresa deverá, obrigatoriamente, confirmar o recebimento do pedido por e-mail ou WhatsApp.
- 5.4.** Caso não seja possível a prestação do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvado as situações de caso fortuito e força maior.
- 5.5.** A contratada deverá garantir a estabilidade e segurança das estruturas montadas. Todos os materiais utilizados devem ser de alta qualidade e atender às normas de segurança vigentes.
- 5.6.** Os estandes e balcões devem ser montados, com todos os móveis e itens devidamente organizados de acordo com o layout planejado e apresentado pela contratante.
- 5.7.** As lonas e testeiras devem ser impressas com as artes fornecidas e aprovadas pelo contratante.
- 5.8.** Todos os equipamentos e materiais utilizados deverão ser de alta qualidade.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.4. O Contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.5. O Contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento pelo contratante.

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do serviço contratado.

6.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Nota Fiscal e atestado pelo Gestor do contrato.

6.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

7.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

7.1.2. Prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

7.1.3. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, depois de constatado o cumprimento das obrigações pela Contratada;

7.1.4. Promover os pagamentos em moeda corrente nacional mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada;

7.1.5. Determinar a reparação, a correção, a remoção ou a substituição do objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;



7.1.6. Levar ao conhecimento da Contratada, por escrito, todo e qualquer fato que atrapalhe ou impeça a execução do serviço, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.7. Exigir da Contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

- 8.1.1.** Executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- 8.1.2.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 8.1.3.** Responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;
- 8.1.4.** Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução dos serviços;
- 8.1.5.** Manter, durante toda a execução dos serviços deste objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se algum documento perder a validade;
- 8.1.6.** Prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 8.1.7.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas demandas deverão ser prontamente atendidas;
- 8.1.8.** Substituir, no prazo máximo de 01 (uma) hora, sempre que exigido, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios à disciplina do Tribunal ou ao interesse do serviço público, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 8.1.9.** Zelar e garantir que os prepostos e empregados que vierem a participar da prestação do serviço não utilizem, nessa ocasião, vestuários,



broches, adesivos, bandeiras ou quaisquer outros adereços que caracterizem propaganda de partido político, de coligação ou de candidato;

8.1.10. A Contratada deverá possuir equipamentos ou materiais de reserva para a hipótese de falha em algum item, possibilitando sua imediata substituição.

8.1.11. Na prestação dos serviços, a Contratada deverá utilizar materiais e equipamentos conforme especificações constantes deste Termo de Referência, e, na ausência destas, sempre que possível, deverá empregar itens reutilizáveis ou recicláveis;

8.1.12. A Contratada deverá, obrigatoriamente, proceder ao descarte adequado dos resíduos resultantes das atividades demandadas;

8.1.13. Não publicar, distribuir, enviar ou compartilhar fotos, filmagens ou outros registros e informações sobre os eventos, sem a devida, prévia e expressa autorização do Contratante;

8.1.14. Caberá à Contratada todo tipo de despesa com transporte, alimentação ou qualquer outro tipo de encargo dos profissionais disponibilizados, não restando ao Contratante qualquer vínculo empregatício ou relação de subordinação com o prestador de serviço. O Contratante fica totalmente isento de responsabilidade solidária ou subsidiária por qualquer encargo trabalhista.

8.1.15. A execução dos serviços é de inteira responsabilidade da empresa Contratada, bem como o pagamento de taxas e quaisquer despesas associadas aos serviços. A Contratada deverá assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços, bem como por todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, licenças, alvarás e outras despesas concernentes à execução dos serviços, inclusive seguros contra acidentes, como também por todo e qualquer dano e prejuízo, pessoal e material, causado ao TCMGO ou a terceiros na execução do serviço.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO.

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1. Habilitação jurídica

9.2.1.a.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.1.a.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.a.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.1.a.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.a.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade



federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

9.2.1.a.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.a.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.1.a.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.2.2.a.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2.a.2. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado;

9.2.2.a.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/INSS (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, e da Fazenda Pública do Estado de Goiás atualizadas;

9.2.2.a.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

9.2.2.a.4.1. É permitida a apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas instituída pela Lei nº 12.440/2011;

9.2.2.a.4.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.a.4.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.3. Qualificação Econômico – Financeira

9.2.3.a.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;



9.2.3.a.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.2.3.a.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

9.2.3.a.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.2.4. Qualificação Técnica

9.2.4.a.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.2.4.a.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.2.4.a.3. A licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o presente Termo de Referência, apresentando no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual tenha prestado com êxito e qualidade técnica serviço similar.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após levantamento prévio dos preços praticados no mercado, através da pesquisa de preços direta, estimou-se o valor global máximo das despesas em R\$ R\$ 152.700,00 (cento e cinquenta e dois mil e setecentos reais).

10.2. Não foram levantados preços das fontes oficiais do Governo Federal em razão da complexidade do objeto, uma vez que se trata de serviço com alto grau de personalização, que não encontra nos portais oficiais o correspondente detalhamento dos filtros de pesquisa.

10.3. O método utilizado para estimativa dos preços foi a aplicação da média sobre a “cesta de preços viáveis”, que consiste no conjunto de preços que resulta do processo de eliminação e validação dos valores segundo os critérios apresentados no item 10.4. abaixo. Tendo em vista que foi utilizada apenas uma amostra de cotações diretas com fornecedores e, portanto, não exaustiva, e, desde que aplicada a uma amostra suficientemente homogênea, a média fornece um parâmetro que cumpre dirimir os riscos de uma estimativa com valores muito baixos ou muito altos, no que pese, ainda, a segurança de estabelecer um ponto inicial para a recepção de propostas que garanta uma margem significativa para a concorrência e, potencialmente, culmine na economicidade da contratação.

10.4. Método de Validação de Preços (Formação da Cesta de Preços Viáveis):

10.4.1. Como um procedimento padrão, para que os cálculos estatísticos não sejam prejudicados por valores inconsistentes, como primeiro passo são eliminados os valores que correspondam a uma variação de 65% da média de todos os valores coletados do mesmo item, para mais ou para menos. Os valores identificados por esse método geralmente são consequências de erros de preenchimento de formulários, se tratando, majoritariamente, de inconsistências das unidades de medida e dos detalhamentos dos produtos considerados.

10.4.2. O parâmetro de invalidação fixado em 25% abaixo da média para os valores inexecutáveis é uma norma restrita a serviços de engenharia e se relaciona à avaliação das propostas das licitantes. Porém, como inexistente

norma tratando de critérios para definição de preços inexequíveis para outros objetos, entende-se que este parâmetro pode servir para identificar os valores que se presumem inexequíveis na realização da pesquisa de preços, uma vez que há previsão legal de integração da norma sempre que houver lacuna ou omissão da lei.

10.4.3. No que tange aos preços excessivamente elevados, emprega-se raciocínio análogo àquele empregado ao parâmetro para a inexequibilidade. Assim, ficam caracterizados como excessivamente elevados os valores superiores a 125% da média da amostra de preços do mesmo item.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes dos serviços relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário na Classificação orçamentária: 2025 0301 01 032 1047 2008, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, Fontes 15000 100 (Receitas Ordinárias), Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, sendo enquadradas na Natureza de Despesa – 3.3.90.39.05 – Realização de Eventos, inclusive Congressos e Conferências.

Goiânia, 16 de janeiro de 2025.

Silvio José da Silva
Assessoria de Comunicação Social

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 00345/2025**

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Unidade Requisitante: Assessoria de Comunicação Social.

1.2. Devido a programação de eventos do Tribunal de Contas dos Municípios, realizados anualmente, surgiu a necessidade de organização do espaço físico de maneira eficiente e funcional para viabilizar o credenciamento, a recepção e acomodação de autoridades e participantes, de modo a proporcionar um atendimento de qualidade, facilitando a orientação dos participantes e criando um ambiente adequado para o evento.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhado no Documento de Formalização de Demanda (DFD) n.º 003/2025.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. A licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o presente Estudo Técnico Preliminar, apresentando, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual tenha prestado, com êxito e qualidade técnica, serviço similar.

3.4. O Atestado apresentado deverá conter as informações de identificação do órgão ou empresa emissora (nome/razão social, endereço, telefones e CNPJ), bem como a identificação do signatário (nome, cargo e CPF).

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. A estimativa da quantidade baseia-se na memória de cálculo conforme apresentada, abaixo, e seguindo o histórico de contratações anteriores:

MEMÓRIA DE CÁLCULOS

CONTRATAÇÃO ANTERIOR					
EXERCÍCIO	OBJETO	QTDE.	UNIDADE	VALOR TOTAL	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
2022	Montagem de estrutura para organização de evento para 800 pessoas	1	UN	R\$ 23.700,00	Agosto, 2022
2024				R\$ 22.000,00	Novembro, 2024

4.2. Quantidade a ser contratada para os eventos do TCMGO:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTDE
1	MODELO 1 - Serviço de fornecimento e instalação de estandes e balcões, incluso a montagem e desmontagem	13099	UN	2
2	MODELO 2 - Serviço de fornecimento e instalação de balcões, incluso a montagem e desmontagem			2

4.2.1. A contratação prevê a montagem de estandes e balcões para atender eventos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, que possui a necessidade de organizar o espaço físico de maneira adequada para garantir o fluxo eficiente de participantes, o credenciamento, e a recepção de autoridades. A estrutura será suficiente para acomodar o público estimado para cada evento e garantir a estrutura funcional necessária para o sucesso do evento.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Como o objeto deste Estudo Técnico Preliminar é específico, já que se trata de eventos, não foi possível identificar uma diversidade de soluções para atender à necessidade de organização de espaço físico para a realização do credenciamento, recepção e acomodação de autoridades e participantes durante os eventos.

5.2. A solução encontrada foi a utilização de estandes e balcões sob medida para atender às necessidades dos eventos, incluindo o fornecimento, instalação e desmontagem, com materiais sustentáveis e personalizados de acordo com a identidade visual do evento.

5.3. Essa solução foi considerada a mais vantajosa, econômica e eficiente para a Administração Pública, pois oferece flexibilidade e adequação às necessidades do evento. As demais soluções avaliadas apresentaram limitações relacionadas à personalização do espaço e à complexidade logística.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A estimativa de preços se deu por meio de COTAÇÃO DIRETA mediante apresentação de orçamentos de empresas que fornecem o serviço a ser contratado.

6.2. O valor total estimado para a contratação é R\$ R\$ 152.700,00 (cento e cinquenta e dois mil e setecentos reais), conforme os custos da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-----------	--------	---------	------	-------------------	-------------

1	MODELO 1 - Serviço de fornecimento e instalação de estandes e balcões, incluso a montagem e desmontagem	13099	UN	2	R\$ 48.500,00	R\$ 97.000,00
2	MODELO 2 Serviço de fornecimento e instalação de balcões, incluso a montagem e desmontagem			2	R\$ 27.850,00	R\$ 55.700,00
VALOR TOTAL					R\$ 152.700,00	

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A contratação de empresa especializada para o fornecimento, montagem e desmontagem de estandes e balcões é imprescindível para garantir a infraestrutura adequada para a realização dos eventos.

7.2. Especificação dos serviços:

7.2.1. MODELO 1 – ESTANDES E BALCÕES

7.2.1.1. Montagem de Balcão de Credenciamento Geral com Testeira:

- a)** Balcão com dimensão: 10 metros de comprimento por 0,50 metro de profundidade (largura) por 1,00 metro de altura.
- b)** Testeiras: 10 unidades com cada uma com dimensão de 1 metro largura por 0,50 metro de altura cada testeira, com 10 adesivos para identificação de 1 metro de largura por 0,50 metro de altura cada um, coloridos, a arte será fornecida pelo contratante.
- c)** Lona Estruturada para cobertura da parte frontal do balcão (extensão total) em estrutura em metalon, de 10,05 metros de comprimento por



1 metro de altura, com impressão colorida, a arte será fornecida pelo contratante.

- d)** Instalação elétrica: 10 unidades de tomadas distribuídas uniformemente ao longo do balcão.
- e)** Mobiliário: 10 banquetas, posicionadas junto ao balcão.
- f)** 10 iluminações arandela spot com lâmpadas.
- g)** 20 separadores de fila tudo em calota em aço inox, fita retrátil 5cm de largura e 2,00 m comprimento na cor preta.

7.2.1.2. Montagem de Balcão de Credenciamento para Novas Inscrições/sem testeira:

- a)** Balcão com dimensão: 4 metros de comprimento, 1 metro de altura e 0,50 metro de profundidade (largura).
- b)** Lona Estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, com arte fornecida pelo TCMGO.
- c)** Instalação elétrica: 4 unidades de tomadas, distribuídas uniformemente ao longo do balcão.
- d)** Mobiliário: 4 banquetas, posicionadas junto ao balcão.

7.2.1.3. Montagem de Balcão de Credenciamento Autoridades/sem Testeira:

- a)** Balcão com Dimensões: 4 metros de comprimento por 1 metro de altura por 0,50 metro de profundidade (largura).
- b)** Lona estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon com impressão colorida, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, arte fornecida pela contratante.
- c)** Instalação Elétrica: 2 unidades de tomadas instaladas no balcão com fiação embutida, para garantir segurança e praticidade.
- d)** Mobiliário: 4 banquetas.

7.2.1.4. Montagem de Balcão cerimonial /sem Testeira:

- a) Balcão com Dimensões: 4 metros de comprimento por 1 metro de altura por 0,50 metro de profundidade (largura).
- b) Lona estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon com impressão colorida, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, arte fornecida pela contratante
- c) Instalação Elétrica: 2 unidades de tomadas instaladas no balcão com fiação embutida, para garantir segurança e praticidade.
- d) Mobiliário: 4 banquetas.

7.2.1.5. Montagem de Estande/Lounge para dois Ambientes /modelo 1:

- a) Parede divisória de fundo: Estrutura em octanorme, coberta com lona. Dimensões: 6 metros de largura (L) x 2,20 metros de altura (A).
- b) Mobiliário: 2 bistrôs acompanhados de 6 banquetas; 4 poltronas de apoio para conforto dos usuários; 2 balcões com as seguintes dimensões: 1 metro de comprimento (C) x 0,50 metro de profundidade (P) x 1 metro de altura (A).
- c) Instalação Elétrica: 02 tomadas instaladas para atender às necessidades de eletricidade do estande.
- d) Piso: Revestimento com carpete de alta qualidade.
- e) Área de cobertura: 24 metros quadrados de carpete na cor grafite.
- f) Lona com impressão personalizada: lona com arte fornecida pela contratante, impressa e instalada; estrutura de suporte em metalon. Dimensão total da lona: 13,20 metros quadrados.
- g) 8 iluminações arandelasspot com Lâmpada.

7.2.1.6. Montagem de Estande/Lounge para Dois Ambientes /modelo 2:

- a) Parede divisória de fundo: Estrutura em octanorme, coberta com lona. Dimensões: 6 metros de largura (L) x 2,20 metros de altura (A).



- b)** Mobiliário: 2 bistrôs acompanhados de 6 banquetas; 4 poltronas de apoio para conforto dos usuários; 2 balcões com as seguintes dimensões: 1 metro de comprimento (C) x 0,50 metro de profundidade (P) x 1 metro de altura (A).
- c)** Instalação Elétrica: 02 tomadas instaladas para atender às necessidades de eletricidade do estande.
- d)** Piso: Revestimento com carpete de alta qualidade. Área de cobertura: 24 metros quadrados de carpete na cor grafite.
- e)** Lona com impressão personalizada: Lona com arte fornecida pela contratante, impressa e instalada; estrutura de suporte em metalon. Dimensão total da lona: 13,20 metros quadrados.
- f)** 8 iluminações arandelasspot com Lâmpada.

7.2.1.7. Montagem de Estande/Lounge para Dois Ambientes /modelo 3:

- a)** Parede divisória de fundo: Estrutura em octanorme, coberta com lona. Dimensões: 6 metros de largura (L) x 2,20 metros de altura (A).
- b)** Mobiliário: 2 mesas redondas com tampo de vidro e pés cromados, acompanhadas de 4 cadeiras; 4 poltronas para acomodação confortável dos usuários.
- c)** 2 Balcão com Dimensões: 1,00 metro comprimento por 1,00 metro de altura por 0,50 metro de profundidade (largura).
- d)** Instalação Elétrica: 2 tomadas instaladas para atender às necessidades de eletricidade no estande.
- e)** Lona personalizada: lona com arte fornecida pela contratante impressa e instalada em estrutura de metalon. Área total da lona: 13,20 metros quadrados.
- f)** Piso: Revestimento com carpete de alta qualidade na cor grafite. Área de cobertura do carpete: 24 metros quadrados.
- g)** Iluminação: 8 iluminações arandelas spot com Lâmpada.

7.2.2. MODELO 2 – BALCÕES

7.2.2.1. Montagem de Balcão de Credenciamento Geral com Testeira:

- a) Balcão com dimensão: 10 metros de comprimento por 0,50 metro de profundidade (largura) por 1,00 metro de altura.
- b) Testeiras: 10 unidades com cada uma com dimensão de 1 metro largura por 0,50 metro de altura cada testeira, com 10 adesivos para identificação de 1 metro de largura por 0,50 metro de altura cada um, coloridos, a arte será fornecida pelo contratante.
- c) Lona Estruturada para cobertura da parte frontal do balcão (extensão total) em estrutura em metalon, de 10,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, com impressão colorida, a arte será fornecida pelo contratante.
- d) Instalação elétrica: 10 unidades de tomadas distribuídas uniformemente ao longo do balcão.
- e) Mobiliário: 10 banquetas, posicionadas junto ao balcão.
- f) 10 iluminações arandela spot com lâmpadas.
- g) 20 separadores de fila tudo em calota em aço inox, fita retrátil 5cm de largura e 2,00 m comprimento na cor preta.

7.2.2.2. Montagem de Balcão de Credenciamento para Novas Inscrições/sem testeira:

- a) Balcão com dimensão: 4 metros de comprimento, 1 metro de altura e 0,50 metro de profundidade (largura).
- b) Lona Estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, com arte fornecida pelo TCMGO.
- c) Instalação elétrica: 4 unidades de tomadas, distribuídas uniformemente ao longo do balcão.
- d) Mobiliário: 4 banquetas, posicionadas junto ao balcão.

7.2.2.3. Montagem de Balcão de Credenciamento Autoridades/sem Testeira:

- a) Balcão com Dimensões: 4 metros de comprimento por 1 metro de altura por 0,50 metro de profundidade (largura).
- b) Lona estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon com impressão colorida, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, arte fornecida pela contratante.
- c) Instalação Elétrica: 2 unidades de tomadas instaladas no balcão com fiação embutida, para garantir segurança e praticidade.
- d) Mobiliário: 4 banquetas.

7.2.2.4. Montagem de Balcão cerimonial /sem Testeira:

- a) Balcão com Dimensões: 4 metros de comprimento por 1 metro de altura por 0,50 metro de profundidade (largura).
- b) Lona estruturada para cobertura da parte frontal do Balcão (extensão total) em estrutura em metalon com impressão colorida, de 4,05 metros de comprimento por 1 metro de altura, arte fornecida pela contratante.
- c) Instalação Elétrica: 2 unidades de tomadas instaladas no balcão com fiação embutida, para garantir segurança e praticidade.
- d) Mobiliário: 4 banquetas.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

- 8.1.** Não se aplica o parcelamento da solução.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. O emprego da solução da contratação em tese tem como pretensão a efetiva organização do ambiente para a realização de eventos do Tribunal de Contas dos Municípios.

9.2. A contratação de serviços de montagem de estandes e balcões destinados à criação de espaço integrado para o atendimento e credenciamento dos participantes irá contribuir para a efetiva realização dos eventos.

9.3. Com a contratação, espera-se proporcionar um ambiente funcional e organizado, atendendo às demandas logísticas dos eventos e assegurando o conforto e a fluidez das atividades.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. Não há providências prévias ao contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1. No caso em tela, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir no planejamento da futura contratação.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Impactos Ambientais conforme o Guia Nacional de Contratações Públicas:

12.1.1. Geração de Resíduos: eventos geralmente produzem uma grande quantidade de resíduos sólidos, incluindo lixo orgânico, embalagens e descartáveis. Implementar um plano de gestão de resíduos que inclua a coleta seletiva e a reciclagem é fundamental para reduzir a quantidade de resíduos.

12.1.2. A adoção de práticas sustentáveis na organização de eventos contribui para a preservação do meio ambiente e para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Guia Nacional de Contratações Públicas. Implementar medidas de mitigação dos impactos ambientais é essencial para promover o desenvolvimento sustentável e garantir a responsabilidade ambiental nas contratações públicas.

12.1.3. Adoção de Práticas Sustentáveis: utilizar tintas de baixo impacto ambiental e implementar métodos que minimizem o consumo de energia e água.

12.1.4. Promover a Reciclagem e Reutilização: criar programas de retorno de materiais utilizados para reciclagem e propor ações que incentivem a sua reutilização.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. A presente contratação de empresa especializada para o fornecimento, montagem e desmontagem de estandes e balcões é viável e necessária, conforme o Estudo Técnico Preliminar apresentado. Trata-se de um serviço comum e essencial para o eficiente andamento das atividades propostas de eventos do Tribunal. A contratação visa organizar e estruturar adequadamente o espaço para evento, proporcionando uma recepção profissional e funcional para autoridades, servidores municipais e demais participantes. Isso assegura um ambiente propício para o credenciamento, interação e realização das atividades previstas.

Goiânia, 16 de janeiro de 2025

Silvio José da Silva
Assessoria de Comunicação Social



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/25

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00345/2025

ANEXO II

MINUTA CONTRATO N.º 000/2025

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento, montagem e desmontagem de estandes e balcões, incluindo a instalação de todos os componentes necessários, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, inscrito no CNPJ(MF) sob n.º 02.600.963/0001-51, com sede na Rua 68, n.º 727, Centro, Goiânia – GO, CEP: 74055-100, neste ato representado pelo Presidente, **JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO**.

CONTRATADA: EMPRESA VENCEDORA, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 00.000.000/0000-00, localizada na **XXXXXXXXXXXXX** neste ato representada por **REPRESENTANTE DA EMPRESA**, inscrito no CPF sob o n.º 000.000.000-00.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 90000/25, conforme Termo de Homologação, da Presidência do TCMGO, nos autos do Processo n.º 00345/25, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e da Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações e

legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento, montagem e desmontagem de estandes e balcões, incluindo a instalação de todos os componentes necessários, de forma a atender às necessidades do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO) durante à realização de eventos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	MODELO 1 – Serviço de fornecimento e instalação de estandes e balcões, incluso a montagem e desmontagem	13099	Serviço	2	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
2	MODELO 2 – Serviço de fornecimento e instalação de balcões, incluso a montagem e desmontagem			2	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ XXXXXX	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados **de DIA de MÊS de 2025 a DIA de MÊS de 2026**, conforme o §2º do artigo 106 da Lei n.º 14.133/2021.

2.2. Após a conclusão do prazo de vigência, este instrumento será improrrogável.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (....).

5.2. As despesas decorrentes dos serviços relativos ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário na Classificação orçamentária: 2025 0301 01 032 1047 2008, Grupo 03 – Despesas Correntes, Fonte 15000 100 (Receitas Ordinárias), Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, sendo enquadrada na Natureza de Despesa – 3.3.90.39.05 – Realização de Eventos, inclusive Congressos e Conferências.

5.3. Para fazer face à despesa, foi emitida Nota de Empenho n.º 00000 pela CONTRATANTE, em DIA/MÊS/2025.

5.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão

Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.15. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5 % ao mês, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, calculados “pro rata die”, sobre o valor da nota fiscal/fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

8.1.2.1. Promover através de seu Gestor/Fiscal, o acompanhamento e fiscalização dos serviços fornecidos, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.1.3. Determinar a reparação, a correção, a remoção ou a substituição do objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.1.4. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.5. Cientificar o setor jurídico responsável pela adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

8.1.6. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, depois de constatado o cumprimento das obrigações pela Contratada;

8.1.7. Promover os pagamentos em moeda corrente nacional mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada, após o ateste da nota fiscal;

8.1.8. Levar ao conhecimento da Contratada, por escrito, todo e qualquer fato que atrapalhe ou impeça a execução do serviço, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

8.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como

por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.10. O TCMGO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a execução dos serviços contratados se atende todas as especificações do Termo de Referência e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a empresa descumpra quaisquer de suas cláusulas.

8.1.11. Fornecer à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços.

8.1.12. Prestar informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar nos casos omissos, se ocorrer, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita.

8.1.13. Cumprir com as demais obrigações constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Informar ao Contratante, por escrito, quaisquer fatos que possam pôr em risco a execução do presente contrato;

9.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

9.4. A Contratada assumirá responsabilidade pela execução do objeto do contrato, bem como por quaisquer danos decorrentes da prestação de serviços, causados ao TCMGO ou a terceiros.

9.5. Manter, durante toda a execução do contrato deste objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso da vigência do contrato, algum documento perder a validade;

9.6. Prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.7. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Contratante, atendendo prontamente a todas as reclamações, e se for o caso providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo TCMGO, seja quanto a execução dos serviços ou quanto à parte burocrática;

9.8. Executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;

9.9. Responder pela qualidade dos serviços oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam;

9.10. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que este julgar necessários;

9.11. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para o Contratante, caso seja verificado que não atendem às especificações do Termo de Referência;

9.12. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços objeto do contrato;

9.13. Aceitar a fiscalização e acompanhamento dos serviços pelo Gestor/Fiscal do contrato, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização do serviço;

9.14. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

9.15. Zelar e garantir que os prepostos e empregados que vierem a participar da prestação do serviço não utilizem, nessa ocasião, vestuários, broches, adesivos, bandeiras ou quaisquer outros adereços que caracterizem propaganda de partido político, de coligação ou de candidato;

9.16. Substituir, no prazo máximo de 01 (uma) hora, sempre que exigido, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais,

inconvenientes, insatisfatórios à disciplina do Tribunal ou ao interesse do serviço público, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

9.17. A Contratada deverá possuir equipamentos ou materiais de reserva para a hipótese de falha em algum item, possibilitando sua imediata substituição.

9.18. A Contratada deverá, obrigatoriamente, proceder ao descarte adequado dos resíduos resultantes das atividades demandadas;

9.19. Na prestação dos serviços, a Contratada deverá utilizar materiais e equipamentos conforme especificações constantes do Termo de Referência, e, na ausência destas, sempre que possível, deverá empregar itens reutilizáveis ou recicláveis;

9.20. Não publicar, distribuir, enviar ou compartilhar fotos, filmagens ou outros registros e informações sobre os eventos, sem a devida, prévia e expressa autorização do Contratante;

9.21. A execução dos serviços é de inteira responsabilidade da empresa Contratada, bem como o pagamento de taxas e quaisquer despesas associadas aos serviços. A Contratada deverá assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços, bem como por todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, licenças, alvarás e outras despesas concernentes à execução dos serviços, inclusive seguros contra acidentes, como também por todo e qualquer dano e prejuízo, pessoal e material, causado ao TCMGO ou a terceiros na execução do serviço.

9.22. Caberá à Contratada todo tipo de despesa com transporte, alimentação ou qualquer outro tipo de encargo dos profissionais disponibilizados, não restando ao Contratante qualquer vínculo empregatício ou relação de subordinação com o prestador de serviço. O Contratante fica totalmente isento de responsabilidade solidária ou subsidiária por qualquer encargo trabalhista.

9.23. Responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;

9.24. Caberá a Contratada todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem

vítimas os seus empregados no desempenho da prestação de serviço, ou em contato com eles nas dependências do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa sobre o valor total do contrato pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, que sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

b) Inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

c) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado.

d) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

11.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:



- a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) Não entregar a documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Declarar informações falsas;
- j) Cometer fraude fiscal.

11.1.4. As sanções descritas no caput deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

11.1.5. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.1.6. A inexecução contratual também poderá dar causa à rescisão contratual, nos moldes da Lei nº 14.133/21.

11.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

11.3. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos itens ou da prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCMGO e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

c) Em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação de serviço, este será realizado mediante prévia aprovação do TCMGO. Os dados

tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

d) Em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) As medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;

f) Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

g) Na execução deste contrato, a CONTRATADA zelar pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao TCMGO, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;

h) Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome do TCMGO e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

13.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições

acordadas neste contrato, inclusive no às regras para o Tratamento de Dados Pessoais do TCMGO estabelecidas no Anexo I da Resolução Administrativa nº 184/2021, nas Políticas de Tecnologia da Informação, de Segurança da Informação e de Gestão de Riscos estabelecidas na Resolução Administrativa n] 106/2017 e na Política de Privacidade do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, disponíveis do sítio eletrônico do TCMGO (<https://www.tcmgo.tc.br>), cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

13.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados do TCMGO que contenham, ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final e, em hipótese alguma, a utilização das bases de forma diversa do objeto do presente contrato.

13.4. A CONTRATADA cooperará com o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgão de controle administrativo.

13.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao Encarregado de Dados do TCMGO, através do canal de Ouvidoria deste Tribunal, por meio do sítio eletrônico da Ouvidoria (<https://www.tcmgo.tc.br/ouvidoria/>), quando receber requisição de titular de dados pessoais, a quem caberá responder a solicitação do requisitante, uma vez que na condição de OPERADOR a CONTRATADA deve-se abster de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas do TCMGO ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

13.6. A CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de Dados do TCMGO, através do canal de Ouvidoria deste Tribunal, mediante o preenchimento de formulário específico do Sistema Ouvidoria TCMGO, disponível no sítio eletrônico do TCMGO, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) da ocorrência de qualquer incidente que implique violação

ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

13.7. A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados do TCMGO sobre: a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de Processo: 04533/22 Data: 31/10/2022 14:00:04 Folha: 8 de 19 8 dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso acidental ou não autorizado.

13.8. A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados do TCMGO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

13.9. Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias), eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal nº 13.709/2018.

13.10. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

13.11. As partes declaram conhecimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e comprometem-se em preservar confidenciais as informações e proteger os dados pessoais e sensíveis disponíveis nas ferramentas utilizadas e armazenadas nos sistemas no âmbito TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Goiânia para solucionar quaisquer dúvidas decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Goiânia, DIA de MÊS de 2025.

Joaquim Alves de Castro Neto

Tribunal de Contas dos Municípios

CONTRATADA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 00345/2025

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

Item	Descrição	Quant.	Un.	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL					R\$ XXXXX

- ✓ Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- ✓ Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços.
- ✓ Declaramos expressamente que nos sujeitaremos às normas do presente edital, bem como a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.
- ✓ O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.
- ✓ Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social:

CNPJ/MF:

Endereço:

Tel./Fax:

CEP:

Cidade:

UF:

Banco:

Agência:

C/C:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

CPF/MF:

Cargo/Função:

RG nº:

Expedido por:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Goiânia, de de 2025.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)